



PRESIDÊNCIA
DO CONSELHO
DE MINISTROS

VIII GOVERNO CONSTITUCIONAL

P L A N O
LEGISLATIVO
DO GOVERNO

2 0 2 3

atos normativos que carecem da
aprovação do Conselho de Ministros



PRESIDÊNCIA
DO CONSELHO
DE MINISTROS

VIII GOVERNO CONSTITUCIONAL

P L A N O
LEGISLATIVO
DO GOVERNO

2 0 2 3

atos normativos que carecem da
aprovação do Conselho de Ministros



ÍNDICE

DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL SOCIAL

1. Educação e Formação	8
2. Saúde	8
3. Inclusão Social, Proteção Social e Solidariedade	8
4. Cultura e Património	9
6. Desporto	10
7. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)	10
8. Comunicação Social	10
9. Religião	10
10. Sociedade Civil	10

DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS

1. Governação do Setor das Infraestruturas	12
2. Rede Rodoviária	12
3. Água e Saneamento Básico	12
4. Energia	12
5. Transportes	12
6. Meteorologia	13
7. Telecomunicações	14
8. Serviço Postal	14

DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA

1. Agricultura, Pecuária, Pescas e Florestas	16
2. Petróleo e Recursos Minerais	16
4. Comércio	16

Índice

5. Indústria	17
6. Setor Privado	17
7. Emprego	17
8. Cooperativas	18
9. Ambiente	18

CONSOLIDAÇÃO GOVERNATIVA

1. Política Macroeconómica	20
3. Finanças Públicas	20

BOA GOVERNAÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO

1. Administração Pública	24
2. Descentralização	25
3. Administração Eleitoral	26
4. Ordenamento do Território	26
8. Justiça	27
9. Defesa e Segurança	28
10. Relações Internacionais e Política Externa	29
12. Comunidades Timorenses no Exterior	30



DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL SOCIAL

DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL SOCIAL

1. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Alteração aos Estatutos do Instituto Nacional de Formação de Docentes e Profissionais da Educação (INFORDEPE), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 4/2011, de 26 de janeiro

Revisão do Regime Jurídico de Acesso ao Ensino Superior

Alteração aos Estatutos da Universidade Nacional de Timor Lorosa'e (UNTL), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 16/2010, de 20 de outubro

Alteração à Lei Bases da Educação, aprovada pela Lei n.º 14/2008, de 29 de outubro

2. SAÚDE

Alteração ao regime das Unidades Privadas de Saúde, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2004, de 1 de dezembro

Criação do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde

Criação do Regime de Estágio Profissional em Instituições do Serviço Nacional de Saúde

Aprovação do Regime Jurídico do Internato Médico

Criação do Sistema de Avaliação de Desempenho dos Profissionais de Saúde

Criação do Conselho de Disciplina das Profissões de Saúde

3. INCLUSÃO SOCIAL, PROTEÇÃO SOCIAL E SOLIDARIEDADE

Criação do Programa de Apoio ao Empoderamento para a Igualdade e Inclusão Social

DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL SOCIAL

Criação da Lei de Bases da Proteção Social

Criação do Regime Jurídico de Proteção Social na Eventualidade de Doença dos Trabalhadores do Regime Contributivo de Segurança Social

Criação do Regime Jurídico de Proteção na Morte no âmbito do Regime Não Contributivo de Segurança Social

Criação do Regime Jurídico de Reinserção Social dos Grupos Vulneráveis

Criação da Política de Bem-Estar da Criança e da Família

Criação do Centro Nacional de Reabilitação Social Integrado

Criação do Centro de Atendimento Integrado

Criação do Instituto Nacional de Impacto Social

Criação do Regime de Contraordenações da Segurança Social

Alteração ao Decreto-Lei n.º 47/2016, de 14 de dezembro, alterado pela Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro, relativo à criação do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS)

Criação do Regime de Carreira Especial para os Trabalhadores da Segurança Social

Criação do Regime Jurídico Especial de Aprovisionamento e Contratação no âmbito da Gestão da Carteira e Património do Fundo de Reserva da Segurança Social

4. CULTURA E PATRIMÓNIO

Criação do Centro Audiovisual Max Stahl de Timor-Leste

DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL SOCIAL

6. DESPORTO

Criação da Lei das Artes Marciais

Criação da Comissão Reguladora das Artes Marciais, I. P. e aprovação dos respectivos Estatutos

Criação do Estatuto dos Atletas Praticantes Desportivos

7. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC)

Revisão dos Estatutos da Agência de Tecnologias da Informação e da Comunicação - TIC TIMOR

8. COMUNICAÇÃO SOCIAL

Alteração ao Decreto-Lei n.º 42/2008, de 26 de novembro, relativo à Transformação da Rádio e Televisão de Timor-Leste em Empresa Pública

9. RELIGIÃO

Criação da Lei da Liberdade Religiosa

10. SOCIEDADE CIVIL

Criação do Programa de Apoio do Estado às Organizações da Sociedade Civil



DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS

INFRAESTRUTURAS

1. GOVERNAÇÃO DO SETOR DAS INFRAESTRUTURAS

Criação do Laboratório Nacional de Engenharia e aprovação dos respetivos Estatutos

Criação da Lei do Enquadramento do Planeamento Estratégico

Criação do Quadro Específico do Planeamento Estratégico de Médio Prazo

2. REDE RODOVIÁRIA

Criação da Política Nacional da Segurança Rodoviária

3. ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO

Regulamentação da Gestão dos Recursos Hídricos

Regulamentação do Saneamento e Drenagem de Águas Residuais e Águas Pluviais

Revisão do Regime de Abastecimento de Água

4. ENERGIA

Regulamentação da Energia Renovável

5. TRANSPORTES

Criação do Regime Jurídico do Ensino da Condução e Licenciamento das Escolas de Condução

Criação do Regime Jurídico da Inspeção de Veículos

Criação da Autoridade de Transportes Terrestres

Criação do Sistema de Placas de Identificação de Veículos Motores e Taxas

Criação do Regime de Pesagem de Veículos

Alteração ao Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 6/2003, de 3 de abril

Regulação dos Serviços de Inspeção conforme Tipos de Navios e Embarcações

Revisão dos Estatutos da Administração dos Portos de Timor-Leste – APORTIL, I. P.

Revisão dos Estatutos da Administração de Aeroportos e Navegação Aérea – ANATL, E. P.

Revisão dos Estatutos da Autoridade da Aviação Civil de Timor-Leste – AACTL, I. P.

Criação da Lei sobre Servidões Aeroportuárias

Regulamentação da Certificação, Aprovação e Autorização de Entidades que exercem as Atividades de Manutenção, Exploração, Certificação, Aprovação e Autorização de Produtos, Peças, Componentes e Equipamentos Utilizados em Aeronaves

6. METEOROLOGIA

Reformulação do Quadro Jurídico e Regulador dos Serviços de Meteorologia e Geofísica

Regulamentação da Prestação dos Serviços de Meteorologia e estabelecimento das respetivas Taxas Administrativas

7. TELECOMUNICAÇÕES

Criação da Lei de Bases para as Comunicações Eletrónicas

Revisão dos Estatutos da Autoridade Nacional de Comunicações – ANC, I. P.

Criação da Empresa Pública para Administração das Infraestruturas de Comunicações

8. SERVIÇO POSTAL

Revisão da Regulamentação dos Serviços Postais



ECONOMIA

1. AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCAS E FLORESTAS

Regulamentação dos Pesticidas

Criação do Estatuto do Guarda Florestal

Regulamentação da Aquacultura

2. PETRÓLEO E RECURSOS MINERAIS

Revisão dos Estatutos da Autoridade Nacional de Petróleo e Minerais (ANPM)

Revisão dos Estatutos do Instituto de Petróleo e Geologia, I. P. (IPG)

Criação do Fundo Mineiro

Regulamentação do Código Mineiro, aprovado pela Lei n.º 12/2021, de 30 de junho

Regulamentação da Captura e Armazenamento do Carbono

Criação do Procedimento de Concurso Público para Adjudicação de Contratos Petrolíferos

Regulamentação do Desmantelamento do Campo Petrolífero Bayu Udan

4. COMÉRCIO

Alteração aos Estatutos do Centro Logístico Nacional (CLN), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 26/2014, de 10 de setembro

Criação da Lei de Exportação

Regulamentação do Comércio Eletrónico

Criação do Livro de Reclamações para todos os Fornecedores de Bens e Prestadores de Serviços, incluindo os serviços prestados pelos Serviços e Organismos da Administração Pública

Criação da Lei de Instrumentos de Defesa Comercial

5. INDÚSTRIA

Criação do Código da Propriedade Industrial

Criação do Regime Jurídico da Rotulagem e Embalagem

6. SETOR PRIVADO

Regulamentação do Licenciamento Sectorial das Atividades Económicas

Criação do Código de Recuperação e Insolvência

7. EMPREGO

Alteração à Lei do Trabalho, aprovada pela Lei n.º 4/2012, de 21 de fevereiro

Regulamentação do Trabalho Doméstico

Regulamentação do Salário Mínimo

Regulamentação do Emprego na Indústria Extrativa

Criação do Regime de Contraordenações Laborais

Regulamentação da Mediação e Arbitragem no Trabalho

Criação do Centro de Excelência para a Qualificação de Mão-de-Obra de Timor-Leste

Alteração aos Estatutos do Centro Nacional de Formação Profissional Becora, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 31/2012, de 4 de julho

Aprovação das Condições e Parceria entre Entidades Públicas ou Privadas e os Centros de Formação Profissional Públicos para Rentabilização dos Trabalhos realizados em Contexto de Formação Prática

Criação do Regime Jurídico dos Centros de Formação Profissional

Criação do Estatuto e do Regime de Carreira Especial do Formador dos Centros de Formação Profissional Públicos

8. COOPERATIVAS

Regulação das Cooperativas de Transporte

Regulação das Cooperativas de Turismo

Regulação das Cooperativas de Habitação

9. AMBIENTE

Criação do Regime Jurídico relativo ao Controlo da Poluição

Criação do Regime Jurídico relativo aos Padrões Ambientais

Criação do Regulamento sobre Taxas de Licenciamento Ambiental

Alteração ao Regime de Alienação, Importação e Produção de Sacos, Embalagens e Objetos de Plástico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 37/2022, de 23 de setembro



CONSOLIDAÇÃO GOVERNATIVA

1. POLÍTICA MACROECONÓMICA

Criação da Lei da Concorrência

3. FINANÇAS PÚBLICAS

Aprovação das Normas de Execução do Orçamento Geral do Estado para 2023

Regulamentação do Plano de Contas do Setor Público Administrativo

Criação do Regime da Tesouraria Central do Estado

Regulamentação do Sistema de Cobranças do Estado

Alteração ao Regime de Planeamento, Orçamentação, Monitorização e Avaliação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 22/2015, de 8 de julho

Criação do Regime das Garantias e Empréstimos

Alteração ao Regime de Gestão e Alienação dos Bens Móveis do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 22/2011, de 27 de julho

Criação de Suplemento relativo ao Trabalho de Preparação das Grandes Opções do Plano, do Orçamento Geral do Estado e da Conta Geral do Estado

Criação da Lei Tributária

Criação da Lei do Procedimento Tributário

Criação da Lei que aprova o Regime Jurídico da Inspeção Tributária

Criação da Lei da Dívida Pública

Criação da Lei que regula a Apropriação Pública

Criação da Lei de Responsabilidade Financeira

Criação da Lei que aprova o Regime dos Benefícios Fiscais

Criação da Lei das Grandes Opções do Plano para 2024

Criação da Lei do Orçamento Geral do Estado para 2024

Criação da Lei do Imposto sobre o Valor Acrescentado

Regulação do Processo de Planeamento Orçamental

Criação do Padrão Contabilístico e do Plano Oficial de Contas de Timor-Leste

Criação da Comissão de Regulação Contabilística

Alteração ao Regime Jurídico para o Porto de Tibar, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 43/2015, de 28 de dezembro

Criação do Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado

Regulação da Auditoria Interna

Alteração ao Regime Jurídico das Parcerias Público-Privadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 42/2012, de 7 de setembro

Criação do Regime Jurídico da Parceria Público-Privada do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato

Criação do Regime Jurídico da Parceria Público-Privada da Habitação a Preços Acessíveis

Criação do Regime Jurídico da Parceria Público-Privada do Porto de Díli

Criação do Regime Jurídico da Parceria Público-Privada do Cristo Rei

Regulamentação da Lei da Dívida Pública e criação das Obrigações do Tesouro

Alteração à Orgânica do Ministério das Finanças, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 43/2020, de 7 de outubro

Criação do Regime de Gestão dos Ativos Públicos

Criação do Regime Especial de Carreira dos Profissionais de Gestão de Finanças Públicas

Alteração ao Código Aduaneiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 14/2017, de 5 de abril

Aprovação das Normas de Execução do Orçamento Geral do Estado para 2024



**BOA GOVERNAÇÃO E
COMBATE À CORRUPÇÃO**

1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Alteração ao Regime de Avaliação do Desempenho dos Trabalhadores da Administração Pública, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 14/2008, de 7 de maio

Criação do Regime de Planeamento e Gestão da Força de Trabalho da Administração Pública

Alteração ao Regime dos Cargos de Direção e Chefia da Administração Pública, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 25/2016, de 29 de junho

Criação de Restrições a Atividades Políticas na Administração Pública

Revisão do Regime de Contratação dos Trabalhadores a Termo Certo

Alteração à Estrutura Orgânica da Imprensa Nacional de Timor-Leste, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 1/2017, de 15 de março

Criação do Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública

Alteração ao Estatuto da Função Pública, aprovado pela Lei n.º 8/2004, de 16 de junho

Revisão dos Estatutos da Inspeção-Geral do Estado

Criação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento e Avaliação de Políticas Públicas

Criação do Conselho Nacional dos Arquivos

Criação do Sistema Nacional dos Arquivos

Regulamentação da Organização das Cerimónias Oficiais do Estado

2. DESCENTRALIZAÇÃO

Alteração ao Regime de Higiene e Ordem Pública, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 33/2008, de 27 de agosto

Alteração ao Planeamento de Desenvolvimento Integrado Municipal (PDIM), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2012, de 15 de fevereiro

Alteração ao Regime de Aprovisionamento do Planeamento de Desenvolvimento Integrado Municipal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 11/2013, de 7 de agosto

Regulamentação das Competências dos Sucos

Criação da Lei do Património e da Contratação Pública e Aprovisionamento Municipal

Criação da Classificação dos Aglomerados Populacionais

Criação do Programa de Avaliação das Condições Existentes em Cada Município para efeitos de Instalação dos Órgãos Representativos do Poder Local

Criação do Regime dos Contratos Interadministrativos entre o Estado, as Autarquias Locais e os Sucos

Alteração à Lei dos Sucos, aprovada pela Lei n.º 9/2016, de 8 de julho

Regulamentação do Estatuto, Vínculos, Carreiras e Remunerações dos Trabalhadores do Poder Local

Criação da Tabela de Taxas do Estado cobradas pelas Autoridades e Administrações Municipais

Criação do Regime Jurídico de Cooperação Técnica e Financeira e de Auxílios Financeiros do Estado aos Municípios e RAEOA

Criação da Classificação Orgânica, Funcional e Económica das Receitas e Despesas Públicas dos Municípios

Criação do Plano Oficial de Contabilidade Municipal

Criação do Quadro de Contas do Orçamento Municipal

Regulamentação da Estrutura dos Quadros de Programas e Medidas do Plano Anual e Orçamentos dos Municípios

Criação do Regime de Gestão dos Sistemas Públicos de Abastecimento de Água e de Saneamento das Águas Residuais Urbanas

Criação do Regime de Classificação e Gestão das Estradas Municipais e Locais

Criação do Regime dos Prémios de Melhores Aldeias

Regulamentação dos Cemitérios Públicos

3. ADMINISTRAÇÃO ELEITORAL

Alteração à Lei do Recenseamento Eleitoral, aprovada pela Lei n.º 6/2016, de 25 de maio

Alteração à Lei dos Partidos Políticos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 14 de abril

4. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Aprovação do Plano Nacional de Ordenamento do Território

8. JUSTIÇA

Criação do Regime Jurídico das Zonas de Proteção Comunitária e dos Bens Imóveis Comunitários

Criação do Fundo Financeiro Imobiliário

Criação da Lei do Domínio Público do Estado

Alteração à Lei da Nacionalidade, aprovada pela Lei n.º 9/2002, de 5 de novembro

Alteração ao Código Penal

Criação da Lei da Mediação e Conciliação

Alteração ao Código Civil

Alteração ao Código de Processo Civil

Alteração à Lei contra a Violência Doméstica, aprovada pela Lei n.º 7/2010, de 7 de julho

Criação da Lei do Cibercrime

Criação da Lei de Proteção de Dados Pessoais

Criação do Regime do Registo Civil e Estatísticas Vitais

Alteração ao Estatuto do Guarda Prisional, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 10/2012, de 29 de fevereiro

Alteração ao Regime Jurídico das Pessoas Coletivas sem Fins Lucrativos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 5/2005, de 7 de setembro

9. DEFESA E SEGURANÇA

Criação do Regulamento Geral das Capitânias

Alteração a Orgânica do Ministério da Defesa, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 7/2019, de 17 de abril, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 57/2020, de 11 de novembro

Alteração ao Regulamento da Lei do Serviço Militar, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 3/2021, de 13 de janeiro

Alteração ao Regulamento de Disciplina Militar, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 17/2006, de 8 de novembro

Alteração ao Estatuto Orgânico da Polícia Militar, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2009, de 9 de setembro

Criação da Lei das Infraestruturas Militares

Criação da Estrutura Orgânica da Componente Naval

Criação da Estrutura Orgânica da Componente Terrestre

Criação da Estrutura Orgânica da Componente Aérea

Criação do Regime de Assistência Social dos Militares das F-FDTL

Alteração à Lei de Defesa Nacional, aprovada pela Lei n.º 4/2010, de 21 de abril

Criação da Lei das Armas Químicas

Alteração ao Estatuto Profissional do Pessoal com Funções Policiais da PNTL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 69/2022, de 28 de setembro

Alteração ao Regime Remuneratório da PNTL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 2/2022, de 12 de janeiro

Alteração ao Regime de Controlo de Circulação de Veículos à Entrada e Saída do Território Nacional, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 28/2017, de 2 de agosto

Alteração à Lei de Imigração e Asilo, aprovada pela Lei n.º 11/2017, de 24 de maio, e alterada pela Lei n.º 10/2021, de 16 de junho

Alteração ao Estatuto Profissional do Pessoal do Serviço de Migração, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 31/2009, de 18 de novembro

Criação do Regulamento Disciplinar do Pessoal da Proteção Civil

Alteração ao Regime de Nomeação e Colocação de Oficiais de Ligação do Ministério do Interior e ao Regime de Participação das Forças e Serviços de Segurança e Agentes da Proteção Civil em Missões Internacionais, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 37/2015, de 30 de setembro

Criação do Regime Especial de Carreira dos Profissionais da Autoridade de Proteção Civil

10. RELAÇÕES INTERNACIONAIS E POLÍTICA EXTERNA

Criação do Regime Remuneratório dos Funcionários Diplomáticos

Criação do Regime de Nomeação e Colocação de Adidos nos Serviços Periféricos Externos

Criação dos Emolumentos Consulares

Criação do Regime de Emissão de Chapas de Matrícula Diplomática e outras especiais

10. RELAÇÕES INTERNACIONAIS E POLÍTICA EXTERNA

Criação do Regime das Imunidades dos Diplomatas das Missões e de Postos Consulares Acreditados em Timor-Leste

Revisão da Lei sobre os Tratados Internacionais

Revisão dos Estatutos do Instituto de Estudos Diplomáticos (IED)

Revisão dos Estatutos da Agência de Cooperação de Timor-Leste (ACTL)

Alteração à Orgânica do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 20/2019, de 31 de julho

12. COMUNIDADES TIMORENSE NO EXTERIOR

Criação do Regime Jurídico do Repatriamento



**PRESIDÊNCIA
DO CONSELHO
DE MINISTROS**

VIII GOVERNO CONSTITUCIONAL

JANEIRO DE 2023